

**LÍNGUA E LITERATURA MODERNISTA: INTERFACES
NA NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO**

Felipe de Andrade Constancio (UFRJ)

felipe.lettras.ac@gmail.com

Godofredo de Oliveira Neto (UFRJ)

godolive@uol.com.br

RESUMO

A discussão acerca de qual *corpus* (literário, jornalístico, ensaístico, oral etc.) deve constar na descrição de uma gramática é longa. Neste trabalho, pontua-se o interesse de pesquisa em torno do *corpus* literário constituinte da obra *Nova gramática do português contemporâneo* (doravante NGPC), redigida em coautoria por Celso Ferreira da Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra, cuja primeira edição brasileira data de 1985. A obra contempla, em seu bojo descritivo, fontes de abonação do português africano, brasileiro e europeu, e abarca, por meio dessas fontes, textos literários de escritores românticos a escritores do modernismo lusófono. O objeto de estudo deste trabalho está centrado especificamente nos exemplos abonados pela NGPC (1985a), extraídos de textos literários do modernismo brasileiro.

Palavras-chave:

Língua. Literatura. Norma.

ABSTRACT

The discussion about which corpus (literary, journalistic, essayistic, oral, etc.) should be included in the description of a grammar is long. In this work, we highlight the research interest surrounding the literary corpus that constitutes the work *Nova gramática do português contemporâneo* (hereinafter NGPC), written in co-authorship by Celso Ferreira da Cunha and Luís Filipe Lindley Cintra, whose first Brazilian edition dates back to 1985. The work includes, in its descriptive core, sources of accreditation of African, Brazilian and European Portuguese, and covers, through these sources, literary texts from romantic writers to writers of Lusophone modernism. The object of study of this work is specifically centered on the examples supported by the NGPC (1985a), extracted from literary texts of Brazilian modernism.

Keywords:

Language. Literature. Standard.

1. Considerações iniciais

*“Este deve ser o lema do bom linguista
e do bom filólogo, ao mirarem-se
nos exemplos edificantes.”
Celso Cunha (2004, p. 39)*

Celso Ferreira da Cunha foi “filólogo e linguista, bibliófilo e medievalista, literato e camonista”, conforme destaca Neves (2021, p. 2). Além de professor de Língua Portuguesa consagrado, sua figura pública é relembrada, ainda, no cenário da vertente diplomática e implementador de muitos projetos culturais do século XX.

O legado de Celso Cunha, na história da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é digno de menção, pelo fato de ter sido um dos fundadores do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (o PPGLEV) e pelo fato de ter deixado seu acervo com muitas obras raras para a Biblioteca José de Alencar, localizada na Faculdade de Letras da UFRJ⁹, mas não apenas por essas razões, já que ajudou a formar uma geração de especialistas e professores de Língua Portuguesa.

Neste trabalho, revisitam-se as questões de Celso Cunha em torno da chamada norma linguística proveniente da literatura. Seus trabalhos, publicados ao longo do século XX, oferecem uma amostra significativa e valiosa a respeito da literatura nacional como fonte de um trabalho oportuno a respeito das normas e dos usos linguísticos da literatura como fonte da descrição gramatical da língua.

O objeto de estudo dessa investigação circunscrita ao papel da literatura nacional como fonte primária da descrição linguística está na sua *Nova gramática do português contemporâneo* (1985a), doravante NGPC. Nesta obra, o autor sinaliza que o papel da literatura é essencial para a fundamentação e implementação de uma norma linguística pautada nos textos literários da lusofonia (uma vez que são representativos usos de autores em países africanos, em Portugal e no Brasil).

É oportuno salientar que, antes da investigação a respeito dos usos literários (sobretudo os do modernismo brasileiro) na NGPC (1985a), cabe pontuar o relevante papel das obras sobre a constituição da norma linguística brasileira produzidas pelo autor, a saber: *Língua portuguesa e realidade brasileira* (2ª edição de 1970), *Uma política do idioma* (3ª edição de 1975)¹⁰, *Língua, nação, alienação* (1ª edição de 1981) e *A questão da norma culta brasileira* (1ª edição de 1985b).

⁹ Sobre o acervo de Celso Cunha, consultar o histórico da Biblioteca José de Alencar (UFRJ) em: <https://letras.biblioteca.ufrj.br/sobre-a-biblioteca/historico/>.

¹⁰ As primeiras edições de *Uma política do idioma* e *Língua portuguesa e realidade nacional* são de 1964 e 1968, conforme consta em Pereira e Pereira (1995, p. XXXIII-XXXIV).

Nestas obras seminais, Celso Cunha já debatia muitos aspectos essenciais à constituição da norma linguística brasileira, sobretudo em relação à noção da diversidade na unidade, muitas vezes resgatada em seus trabalhos de viés claramente sociolinguístico.

O resgate desses textos sinaliza, portanto, que, ao longo das sucessivas edições da NGPC (1985a), havia um projeto maior de configuração acerca de norma, qual seja: nortear os parâmetros da norma linguística por intermédio da escrita literária, que, nesta análise, não deve ser vista como fator de exclusão de outras normas linguísticas. A literatura, nesta perspectiva, é vista como dado cultural e valioso de um povo.

A tomada de posição que assume a literatura como matéria linguística é objeto de muitas discussões e entraves teóricos no âmbito das investigações sobre normas linguísticas prestigiadas e desprestigiadas. Com a proposição deste trabalho, assume-se que essas discussões são salutares para o entendimento de que o tema não é recente e já foi tratado por muitos autores no século passado, inclusive por Celso Cunha, num período da história da língua em que tais discussões ganharam escopo teórico.

2. O texto literário como fonte de abonação

A validade do texto literário, como fonte dos exemplos para abonar fatos da língua, já foi questionada inúmeras vezes. Em recente estudo sobre a gramática do português brasileiro escrito, Faraco e Vieira (2023) assim pontuam:

A literatura continua sendo, claro, uma importante referência da cultura escrita como um todo. No entanto, desde o início do século 20, escritores começaram a desenvolver projetos literários que se abriram para a representação estética de diferentes variedades linguísticas. Com essa nova perspectiva, não há como dizer hoje que os textos literários sempre vão seguir, estritamente, a norma-padrão. Já não são mais, portanto, necessariamente a fonte primordial e exemplar dessa norma. (FARACO; VIEIRA, 2023, p. 20)

De um lado, defende-se que a literatura permitiu uma certa abertura às diversas variedades linguísticas presentes na sociedade (o que não é verdade no caso das gramáticas ditas normativas); de outro, afirma-se que a literatura não detém posse da dita norma-padrão (o que é uma contradição, já que a própria literatura, no mesmo parágrafo, democraticamente começou a aceitar normas em convivência na sociedade).

Neste trabalho, busca-se um certo equilíbrio: a língua da literatura foi e pode continuar sendo um retrato das mais diversas fontes de variedades – em convivência – no território brasileiro. A busca pelo *corpus* ideal para se descrever o português do Brasil não precisa passar pela exclusão dos textos literários das gramáticas. Talvez a defesa necessária seja o porquê da escolha de determinado *corpus*.

No prefácio à NGPC, Celso Cunha e Lindley Cintra assim defendem o uso do *corpus* literário constituinte de sua obra:

Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. (CUNHA; CINTRA, 1985A, p. XIV)

O recorte é, portanto, robusto. A escolha da literatura produzida do século XIX (claramente atrelada a fatores socioculturais, como a independência do Brasil em 1822) ao século XX (de modo a incluir autores do modernismo) busca abarcar tanto escolas literárias distintas quanto autores distintos, ao passo que Machado de Assis e Graciliano Ramos são fontes potenciais para a descrição de uma gramática e podem figurar como fontes de abonação dos fatos da língua (sendo os dois autores apenas um exemplo ilustrativo dessa convivência de normas).

Essa problemática (qual *corpus* deve ser descrito por uma gramática?) é retomada neste trabalho por algumas razões, a saber: a releitura dos escritos de Celso Cunha permite vislumbrar uma interface promissora – língua e literatura podem ser estudadas em concomitância; a gramática pode conter textos da tradição e textos em descompasso com essa tradição (sobretudo a literária), com claros sinais de ruptura.

Em trabalho seminal sobre norma literária, Barbadinho Neto (1977, p. 2) sinaliza que “o comportamento linguístico do Modernismo confirma que havia mais rebeldia nos gestos que nas obras”. De fato, uma discussão mais apurada sobre as normas dos textos literários dos modernistas acentua a visão de que poucos foram os autores que se valeram de marcas do português do Brasil. Talvez estejam nesse bloqueio à inovação alguns usos abonados pelas gramáticas ditas normativas.

A proposição deste estudo visa estritamente à análise dos textos literários de autores modernistas na NGPC (1985a). Para tanto, a incursão nos escritos de Celso Cunha sobre norma faz-se necessária, uma vez que as discussões que o autor estabelece seguem parâmetros muito complexos

no que tange à descrição gramatical em interface com a literatura. Pode-se dizer que os debates de natureza sociolinguística sobre as normas adquiriram, por meio dos trabalhos de Celso Cunha, visibilidade no cenário da Linguística brasileira.

3. O legado de Celso Cunha

A seguir, são revisitadas as obras de Celso Cunha cuja abrangência recobre: a) a discussão sobre as normas e as variedades do português brasileiro (nos trabalhos de natureza sociolinguística do autor); b) os usos abonados pela NGPC (1985a) no que tange à exemplificação por meio dos textos literários do modernismo brasileiro.

3.1. Celso Cunha: língua, literatura e norma

Na segunda metade do século XX, Celso Cunha (1970) assim se expressava em relação à cópia da norma linguística retirada dos textos lusitanos:

A obediência cega às normas lusitanas, os compêndios de língua com abonações invariavelmente hauridas em escritores portugueses – os únicos que mereciam crédito – é o que continuamos a observar nos primeiros anos do século atual [...]. (CUNHA, 1970, p. 45)

Com efeito, a crítica feita por Cunha (1970) constrói-se em torno das fontes de abonação literária advindas de um padrão prescritivo encontrado nas obras de autores portugueses (a gramática brasileira, ainda que seja uma generalização, utilizava como fonte de exemplário textos de autores de Portugal). Em contraponto, poucos eram os exemplos extraídos da vertente do dito português brasileiro na primeira metade do século XX.

A sinalização do medievalista, de fato, concorre para o entendimento de que a língua descrita nas gramáticas estava longe de ter as marcas linguísticas e, portanto, as normas localizadas no território brasileiro. Sendo assim, o padrão prescritivo, encontrado nos compêndios de gramática do Brasil, seguia à risca as normas da gramática lusitana.

Sem sombra de dúvida, Celso Cunha foi um dos primeiros a questionar essa forma mimética de produção do saber gramatical brasileiro. Em outra obra seminal a respeito do assunto, Cunha (1975, p. 43) afirma: “é essa unidade superior da língua portuguesa dentro da sua natural

diversidade que nos cabe preservar (...)”. Nesse sentido, é endossado pelo autor o aforismo de que há unidade na diversidade linguística.

Longe de dar uma solução definitiva ao problema das normas em conflito, Cunha (1975) está preocupado com a manifestação natural das línguas – o fato de serem variáveis. Para ele, não se deve abandonar a diversidade em detrimento da unidade, e o argumento é complexo: há normas dentro da diversidade, o que afasta a premissa de que as línguas, ao expressarem diversidade, assumem traços de menos regularidades. Dessa forma, há regularidade e organização estável dentro da variedade.

Sendo assim, para Cunha (1975), é necessário que se observem as normas não como fatores em disputa e exclusão, mas em concorrência, uma vez que a língua expressa todas as suas variedades (e isso não é um demérito, é um fato).

Na obra *Língua, nação, alienação*, Cunha (1981) retorna à questão de modo a particularizar o português do Brasil:

Para ser ensinado com eficácia, o português do Brasil precisa, pois, ser minuciosamente pesquisado e descrito em sua diversidade e em sua unidade. É a tarefa que incumbe às nossas Faculdades de Letras. É tarefa ingente, porque não nos devemos esquecer de que a fase descritiva não é a final, como supõe o primarismo de certos linguistas. (CUNHA, 1981, p. 32)

A crítica, por vezes ácida, encontrada em Cunha (1981) é, desse modo, amadurecida. Vale ressaltar que o Brasil já dispunha de instrumentos de gramatização (dicionários e gramáticas), mas ainda não tinha assumido uma postura descritiva condizente com as normas em competição no território nacional.

Nesse sentido, pode-se dizer que a discussão levantada por Cunha (1981), a respeito do português do Brasil, abre caminho para uma série de investigações – de filólogos e de linguistas – circunscritas ao âmbito da língua nacional. Talvez seja, neste período (década de 1980), que houve maior investimento de trabalhos de descrição voltados tanto para a língua oral quanto para a língua escrita. O período em que as teorias sociolinguísticas adentraram os bancos universitários brasileiros.

Em outra obra pioneira, Cunha (1985b, p. 55-6) ratifica o compromisso dos linguistas, sobretudo os brasileiros, no que concerne à convivência de normas. Sem sombra de dúvida, a descrição gramatical preconizada pelo filólogo diz respeito a uma necessidade de amadurecimento das pesquisas em torno das variedades do português brasileiro.

A intenção do autor, dessa forma, deve ser entendida como uma oportunidade para a compreensão de que a extensão territorial do Brasil é fator preponderante para o estudo das normas – no plural, como demonstra Cunha (1985b). A descrição do português assumiu, na abordagem dele, um compromisso ratificado pela mais elementar noção da linguística contemporânea, a saber: cabe ao linguista descrever as variedades de uma língua sem fazer juízos estereotipados acerca de suas peculiaridades.

Se realmente quisermos estreitar os laços com a comunidade que tem o português como primeira ou como segunda língua, forçoso será admitirmos como legítima a convivência de várias normas linguísticas. (CUNHA, 1985b, p. 55-6)

O próprio Celso Cunha orientou trabalhos de natureza sociolinguística na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua contribuição ao estudo das normas continua válida na concepção de inúmeros linguistas, que afirmam, em uníssono, a necessidade de um estudo sobre as normas manifestadas na natural diversidade linguística do português. Seus estudos precursores motivaram trabalhos sobre *corpora* oral e escrito do português.

3.2. Celso Cunha e a língua da literatura modernista

Embora tenha escrito duas gramáticas de referência – Cunha (1976) e Cunha (1979), é apenas no projeto da NGPC (1985a) que a questão maior da lusofonia é ratificada pelos dois autores¹¹ (o brasileiro e o português). Nesta obra de referência, portanto, os usos da literatura constituem, em seu amplo domínio, as fontes de abonação.

A obra abarca, desse modo, uma série de exemplos de autores africanos, brasileiros e portugueses, o que a coloca como precursora de um movimento – a lusofonia – em que o interesse maior dos gramáticos (e da gramática) é celebrar a unidade na diversidade. Nas palavras dos autores, “esta gramática pretende mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro de sua natural diversidade” (CUNHA; CINTRA, 1985a, p. XIV).

Como este trabalho tem interesse nas fontes de abonação dos textos literários do modernismo brasileiro, passa-se a seguir à exploração dos exemplos extraídos de autores brasileiros nos tópicos da NGPC (1985a) cuja pretensão é abonar fatos de: 1) uso de pronome; 2) concordância

¹¹ Embora não se tenha feito alusão aos aspectos biobibliográficos de Luís Filipe Lindley Cintra neste trabalho, cumpre ressaltar que o autor é um dos nomes mais relevantes da pesquisa filológica portuguesa do século XX.

verbal; 3) concordância nominal; 4) regência verbal; 5) regência nominal. Longe de ser uma lista exaustiva acerca dos exemplos literários do modernismo brasileiro, o que se constata abaixo é a confirmação de que se trata de uma obra em que a literatura recobre uma série de fatos linguísticos reais.

1) Uso de pronome:

Abonação: “O meu ódio **a ela** crescia dia a dia.” – José Lins do Rego (*Menino de engenho*) – (CUNHA; CINTRA, 1985a, p. 289)

2) Concordância verbal:

Abonação: “Mestre Gaudêncio curandeiro, seu Libório cantador, o cego preto Firmino e Das Dores **exigiram** a história dos tatus, que **saiu** deste modo.” – Graciliano Ramos (*Alexandre e outros heróis*) – (CUNHA; CINTRA, 1985a, p. 487)

3) Concordância nominal:

Abonação: “Saiu de **cabeça baixa, as mãos cerradas** no fundo dos bolsos.” – Lygia Fagundes Telles (*Antes do baile verde*) – (CUNHA; CINTRA, 1985a, p. 264)

4) Regência verbal:

Abonação: “Arregaçou o focinho, **aspirou o ar** lentamente, com vontade de subir a ladeira e perseguir os preás, que pulavam e corriam em liberdade.” – Graciliano Ramos (*Vidas secas*) – (CUNHA; CINTRA, 1985a, p. 507)

5) Regência nominal:

Abonação: “– Foi vontade **de Deus**.” – Graciliano Ramos (*São Bernardo*) – (CUNHA; CINTRA, 1985a, p. 547)

Como se pode notar nestes exemplos, a NGPC (1985a) incorpora usos contemporâneos registrados pela literatura de modo a contemplar fatos da língua cuja abrangência pode ser respaldada em autores do modernismo. O interesse particular deste trabalho na incorporação da literatura modernista (e por que não contemporânea) ratifica, portanto, a necessidade do mapeamento específico deste *corpus* literário para os estudos linguísticos.

A citação de autores como José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Lygia Fagundes Telles, como *corpus* que endossa a descrição feita,

acentua sobremaneira o fato de que se trata de uma obra que opera com a pesquisa sincrônica (a pesquisa do recorte) sem perder de vista a pesquisa diacrônica (a pesquisa de caráter histórico). Nesse sentido, os usos de autores do século XX como fonte de abonação são assumidos como relevantes, na medida em que a gramática passa a fotografar as regularidades da língua num recorte temporal real.

A NGPC (1985a) oferece um relevante *corpus* para a compreensão de normas convergentes e divergentes. Como os próprios autores sugerem, trata-se de uma obra que tem o compromisso de descrever tanto a língua do Romantismo quanto a língua de autores do Modernismo. Este recorte temporal, em si, já constitui uma ampla fonte de pesquisa a respeito das normas linguísticas.

4. Considerações finais

Com a proposição deste breve estudo, buscou-se resgatar a discussão em torno das seguintes questões:

A) a interface entre estudos de língua e estudos de literatura: a acusação de que não há diálogos entre as duas áreas pode ser dirimida por questões teóricas e metodológicas de modo a aproximar os dois campos. Como se pode perceber, os trabalhos de Celso Cunha, ao longo do século XX, oferecem uma amostra real de como o linguista/o filólogo pode operar com textos literários;

B) o retorno à prática da crítica textual: como seção importante dos estudos filológicos, a crítica textual pode oferecer ferramentas para que o linguista analise, com mais precisão, os fatos da língua. Essa prática pode favorecer a análise de textos como fontes de abonação da pesquisa em linguística;

C) o resgate dos primeiros trabalhos acerca de norma linguística no cenário brasileiro: a análise de obras de referência, como as de Celso Cunha, possibilita ao linguista reconstruir o percurso acerca da norma linguística, como um tema empacotado nas primeiras reflexões sobre discussões sociolinguísticas;

D) a necessidade de se recorrer ao processo da gramatização: a consulta aos dicionários e às gramáticas, sobretudo as do século XX, ajudam a reconfigurar o panorama de tensão em torno dos conceitos de língua,

literatura e norma. A consulta às gramáticas produzidas no século passado pode oferecer respostas consistentes ao trabalho com normas linguísticas;

E) a contribuição à história do português brasileiro: o estudo das obras de Celso Cunha permite considerar o português do Brasil como uma língua pluricêntrica. As pesquisas empreendidas pelo gramático em torno da unidade e da variedade do português reconduzem o percurso da lusofonia como fator pluricêntrico;

F) a abonação das fontes literárias: o trabalho com fontes literárias, especificamente com as fontes do modernismo brasileiro, sugere que, embora haja pretensões vanguardistas, a língua empregada tende a ser monitorada por usos da dita norma padrão. Na obra de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985a), os usos são monitorados (estão de acordo com essa norma padrão), o que pode oferecer ao linguista a possibilidade de análise entre os usos mais aproximados da fala e os mais próximos do padrão escrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBADINHO NETO, Raimundo. *Sobre a norma literária do modernismo*: subsídios para uma revisão da gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Sob a pele das palavras: dispersos* (Organização de Cilene da Cunha Pereira). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

_____.; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985a.

_____. *A questão da norma culta brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985b.

_____. *Língua, nação, alienação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: FE-NAME, 1979.

_____. *Gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S.A., 1976.

_____. *Uma política do idioma*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *Língua Portuguesa e realidade brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo. *Gramática do português brasileiro escrito*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2023.

NEVES, Maria Helena de Moura. O gramático celso cunha: a língua portuguesa una na diversidade. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 65, p. 01-13, 2021.

PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.